

NOVEMBRO 2017

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

A LUTA DOS PROFESSORES

- CONCENTRAÇÃO DO SPZN NOS LEÕES | - 10 MIL PROFESSORES NAS RUAS DE LISBOA |
- MARCHA DA FNE ATÉ À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 15 DE NOVEMBRO | - TRÊS GREVES DA FNE

P.2 À P.12



P.13 À P.17 - FÓRUM FNE 2017 NO PORTO

P.20 À P.24 - DIA NACIONAL DO
TRABALHADOR NÃO DOCENTE NA RÉGUA

NESTA EDIÇÃO

P.18, P.19 - FNE NO II SEMINÁRIO SOBRE A ESTRATÉGIA DE COMPETÊNCIAS PARA PORTUGAL | P.25 - ESSDE: DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A MELHORIA DO ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | P.26, P.27 - MAIS EDUCAÇÃO CONTRA UMA CULTURA DE DESLEIXO | P.28, P.29 - FNE EM VARSÓVIA COM OS PARCEIROS SOCIAIS PORTUGUESES



Novembro quente com luta pelo descongelamento de carreiras



A luta da FNE no âmbito da entrega do Orçamento de Estado 2018 que não contemplava, no quadro do descongelamento das carreiras da Administração Pública, a consideração de todo o tempo de serviço docente que esteve congelado desde 30 agosto de 2005 a 31 dezembro de 2007 e de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017, ao contrário do que acontece com a generalidade das carreiras do setor, passou durante este mês de novembro por várias etapas.

A primeira delas contou com a visita aos vários grupos parlamentares onde a FNE fez ver aos grupos com assento na Assembleia que este Orçamento ignora em absoluto o esbulho do tempo de serviço de que os Educadores e Professores foram alvo, sendo espoliados em mais de 9 anos de serviço “efetivamente prestado”.

E isto num quadro em que para todos os demais trabalhadores da Administração Pública esse tempo é contabilizado. Os Educadores e

Professores não podiam por isso aceitar esta atitude discriminatória por parte do Governo e do Ministério da Educação (ME), que é violadora do princípio da igualdade de tratamento de todos os portugueses.

A FNE considerou que este Orçamento de Estado para 2018 revelava de forma inaceitável a desconsideração com que o Governo e o ME estavam a tratar os Educadores e Professores sendo esta ação mais um alerta para que se note que a FNE, os Educadores e Professores não aceitariam esta ignomínia e não deixariam de lutar para dar resposta a quem os estava a vilipendiar.



RONDA DE CONVERSAS NOS GRUPOS PARLAMENTARES

Na primeira sessão no Parlamento, o CDS-PP fez-se representar pelas deputadas Ana Rita Bessa e Ilda Araújo e recebeu da parte da Vice Secretária-Geral da FNE, Lucinda Dâmaso, o alerta: 'os professores estão saturados e com dificuldade para digerir a injustiça que acontece na questão do descongelamento de carreiras no Orçamento de Estado 2018'. A deputada Ana Bessa mostrou não perceber o porquê de o Ministro da Educação não abrir uma hipótese sequer à negociação e o porquê de os professores serem um caso à parte na questão do descongelamento de carreiras, mostrando verificar inconsistências no discurso do Ministro sobre o total apoio aos professores, quando depois fecha a porta sem mais neste caso.

Lançado à mesa foi também o tema do Artº 36 do Estatuto da Carreira Docente, que a FNE apelida de 'armadilha', pois iria atrasar o mais possível a chegada ao topo da carreira por parte dos professores. As representantes do CDS-PP comprometeram-se a questionar na discussão na especialidade to-

da esta questão do descongelamento diferenciado para professores relativamente ao resto do setor público.

No segundo encontro destas rondas, o PCP fez-se representar pela deputada Ana Mesquita que após ouvir as razões da FNE referiu: 'o partido compreende e tem denunciado junto do Governo esta enorme situação de injustiça e como esta não nos parece a proposta adequada vamos até ao fim para a tentar alterar, porque esta situação não faz sentido: os professores teriam de viver duas vidas para chegar ao topo de carreira', situação corroborada pela Consultora Dulce Arrojado, do partido Os Verdes, que considerou positiva a abertura da FNE para a discussão do faseamento dizendo que Os

Verdes 'estão totalmente de acordo com esta luta dos docentes e que é absurdo o que se está a passar'. A Consultora referiu ainda que o partido 'acolhe as preocupações expostas nesta reunião e é sem dúvida importante sentir a força dos professores connosco, algo que a concentração e greve do dia 15 de novembro vai ajudar'.

No encontro com o PSD o partido foi representado pelos deputados Nilza de Sena, Maria Germana Rocha e Álvaro Batista e pelas assessoras Eugénia Gamboa e Carla Lucas, que concordaram com as razões que levam a FNE a esta luta pelo descongelamento, com a deputada Nilza de Sena a dizer: 'há um mundo imenso que separa o PSD e o Governo nas políticas de educação', referindo ainda que a questão da recusa da reunião com a FNE, por parte do ME, 'é uma desconsideração e um mau sinal, porque para além de políticas cegas ainda temos falta de diálogo'. Quanto ao tema descongelamento, a deputada afirmou que 'o PSD não se revê nesta política de discriminação dos professores relativamente ao resto da função pública'. Sabendo que a 'fatia de leão' (professores) ia ficar de fora, não entendemos esta decisão do Governo'.





Susana Amador, Maria Augusta Santos e Sandra Pontedeira foram as representantes do PS que receberam a FNE e que assumiram que 'temos noção da complexidade, da expectativa e dos impactos que esta solução apresentada tem. Vamos avaliar esta norma de descontentamento (artigo 36) e levar a mensagem a todo o Grupo, sendo que nunca seremos insensíveis a estes problemas e sempre defendemos a escola pública'.

A última das visitas ocorreu com o Bloco de Esquerda, onde a FNE reforçou o alerta para várias questões de operacionalização, com especial destaque para aquela que é uma das situações de maior impacto: o perigo de ultrapassagem entre docentes. João Dias da Silva

fez ver aos membros do Bloco o quanto esta situação pode perturbar os docentes, pois é inaceitável que se mexa na graduação de cada um ou que esta não seja inteiramente respeitada.

Outra das questões faladas foi a

dos retroativos: 'volto a frisar que ninguém está a pedir retroativos, mas sim a colocação no ponto de carreira correto', disse o Secretário-Geral (SG), acrescentando depois a situação das aposentações: 'E quem chega agora à aposentação? Haverá possibilidade de ir para a aposentação com a situação corrigida?'.

Joana Mortágua, em defesa do BE disse: 'Avisámos o governo que iam arranjar um problema com o reposicionamento de carreiras e não tivemos sucesso. Para nós, não é positivo ver que foi criada uma fratura social, mas depois percebemos que foi a pressão social que fez avançar este novo processo de procura de resolução'.



PRÉ-AVISO DE GREVE DAS 0 HORAS DO DIA 13 DE NOVEMBRO ÀS 24 HORAS DO DIA 27 DE NOVEMBRO 2017



PRÉ-AVISO DE GREVE DAS 0 HORAS ÀS 24 HORAS DO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2017



PRÉ-AVISO DE GREVE DAS 0 HORAS DO DIA 13 DE NOVEMBRO ÀS 24 HORAS DO DIA 15 DE DEZEMBRO 2017

A TODAS AS ATIVIDADES DE ÍNDOLE PEDAGÓGICO-DIDÁTICA
DESENVOLVIDAS COM ALUNOS E INSCRITAS NA RESPECTIVA COMPONENTE NÃO LETIVA
DO HORÁRIO DE CADA DOCENTE



PROTESTO SUBIU DE TOM COM TRÊS GREVES

E a pressão social fez-se acontecer com a FNE a avançar com três greves: uma das 0h00 horas do dia 13 de novembro às 24 horas do dia 27 de novembro de 2017, outra das 0h00 às 24 horas do dia 15 de novembro, ambas pelo reconhecimento do direito ao descongelamento universal da carreira docente, a partir de 1 de janeiro de 2018; pelo reconhecimento do direito à recuperação de todo o tempo de serviço congelado, incluindo todas as perdas de tempo de serviço efetivamente prestado e acumuladas nos processos de transição de carreira que ocorreram des-

de 2009; pelo agendamento do processo negocial para regulamentação dos artigos 36º e 37º do Estatuto da Carreira Docente – respeitantes, por um lado, a docentes vinculados e congelados no 1º escalão da carreira e, por outro lado, a docentes retidos nos 4º e 6º esca-

lões; pela determinação de processos negociais que conduzam à determinação de novos enquadramentos de carreira e aposentação que valorizem estes profissionais.

E uma terceira greve das 0h00 horas do dia 13 de novembro às 24 horas do dia 15 de dezembro de 2017 a todas as atividades de índole pedagógico-didática, desenvolvidas com alunos e inscritas na respetiva componente não letiva do horário de cada docente.

Mas no dia 14 a FNE é chamada ao Ministério da Educação para uma reunião onde acaba por nada se concluir. O SG João Dias da Silva resumiu assim a reunião, na véspera da greve e da concentração de professores em S. Bento: 'o direito que os educadores e professores têm é de serem reposicionados no dia 1 de janeiro de 2018 no ponto de carreira a que teriam direito se não tivesse havido congelamento, mas esta não é a disposição do Governo sobre a questão. O que o Governo quer é que os professores comecem a descongelar a partir de 1 de janeiro de 2018 no ponto em que estão, esquecendo todo o tempo para trás que esteve congelado e depois, sim, negociar um possível faseamento. Para a FNE esta é 'uma solução inaceitável'.





10 MIL PROFESSORES E EDUCADORES EM PROTESTO NA RUA

E foi nesta situação que docentes e educadores saíram à rua no dia 15 de novembro, numa Lisboa repleta de sol, no dia em que o OE18 era votado na especialidade, com a marcha a coincidir com uma greve nacional de professores, convocada por todos os sindicatos do setor e que foi um outro claro sinal dado por professores e educadores do descontentamento relativamente a uma proposta que claramente os desconsidera e não respeita.

A marcha da FNE contou com a participação de Carlos Silva, SG da UGT, e de uma vasta comitiva da frente sindical. Carlos Silva fez questão de dizer que a sua presença 'demonstra um apoio inequívoco ao protesto e que toda a reivindicação quanto ao descongelamento é justa e legítima' dizendo ainda que "a UGT valoriza muito a possibilidade que o Governo abre de poder haver um entendimento e uma solução negocial pois isso demonstra que os professores têm razão. Não se pode apagar nove anos de trabalho e carreira assim".

Os dez mil docentes presentes em frente às escadarias do Parlamento aprovaram uma resolução por unanimidade para recuperação dos mais de nove anos de serviço em que as carreiras estiveram congeladas. Foi exigida a contagem na totalidade do tempo de serviço que cumpriram para efeitos de reposicionamento e progressão na carreira, reforçando no documento "que estão abertos à negociação de uma recuperação faseada do tempo em que a carreira esteve congelada", acrescentando que, no entanto, estão indisponíveis para a perda, ainda que parcial, de anos de serviço que foram cumpridos com "inegável e reconhecido mérito".

Já o SG da FNE, João Dias da Silva, referiu em discurso no palco instalado em frente ao parlamento "que os professores não aceitam perder um dia de todo aquele que nos foi congelado" acrescentando ainda que "se hoje estamos aqui dez mil e se nas escolas temos uma greve com números acima dos 90% de adesão, o Governo não pode ficar surdo". O representante máximo da FNE atirou ainda que "dizem que não há dinheiro, mas ninguém perguntou aos trabalhadores, aos professores portugueses, se podiam ficar a viver com salários reduzidos durante tanto tempo. Aplicaram e aguentámos. Basta de injustiças".





Professores em LUTA

LUTAR por aquilo que é nosso.
É um direito. É um dever!





COMPROMISSO ALCANÇADO APÓS MARATONA NEGOCIAL

No dia seguinte à concentração e greve a FNE foi recebida no Ministério da Educação para uma reunião com a Secretária de Estado Adjunta e da Educação e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público onde a comitiva da FNE reforçou a sua posição em três pressupostos: o tempo a ser considerado tem de ser de 9 anos, 4 meses e 2 dias; os efeitos remuneratórios deste descongelamento têm que ser visíveis já em 2018, com a dimensão remuneratória a ficar para a negociação; e que esta reconversão do tempo congelado tem de terminar no limite em 2021.

O SG disse que 'os Ministérios da Educação e das Finanças mostraram muitas reticências às nossas expectativas embora não tenham apresentado nenhuma proposta concreta'. Mas no dia seguinte, numa maratona negocial que começou às 17h e terminou pelas 6h da manhã, foi alcançado um compromisso que estabelece as bases e o enquadramento que vão permitir negociar as condições de concretização da recuperação do tempo

de serviço congelado por 9 anos, 4 meses e dois dias.

Eis as bases do compromisso assinado:

- não haverá qualquer reestruturação do Estatuto da Carreira Docente, como muitos quiseram colocar em cima da mesa como prévia ao processo de recuperação do tempo de serviço e até do descongelamento da carreira;

- o processo de recuperação do tempo de serviço congelado inicia-se em 2018, em 1 de janeiro, com a integração no escalão devido dos docentes que vincularam desde 2011 e que estavam indevidamente no 1º escalão, sendo que este processo ocorre sem qualquer faseamento;

- a recuperação de todo o tempo de serviço congelado prossegue ainda para todos os restantes docentes, ainda nesta legislatura, em 2019, de acordo com as regras que constam do atual ECD e das normas que re-

sultarem da negociação que se vai iniciar em 15 de dezembro, isto é, sem aumentar a duração dos escalões, como constava da proposta de Lei do Orçamento de Estado;

- o processo de recuperação do tempo de serviço decorrerá até 2023, contemplando a totalidade do tempo de serviço congelado;

- será iniciada em janeiro de 2018, e para ter efeitos no ano letivo de 2018/2019, a negociação dos horários de trabalho dos docentes, no que diz respeito à clarificação do conteúdo das componente letiva e não letiva.

Esta solução alcançada no dia 18 levou a que estivessem reunidas as condições para que se pudesse determinar o levantamento da greve aos primeiros tempos/horas da componente letiva de cada docente. E após novo encontro no Ministério da Educação, agora no dia 21, onde a tutela assumiu a abertura de um processo negocial relativo à clarificação do conteúdo da componente não letiva, a FNE anunciou que levantava a greve que estava a decorrer desde o dia 13 de novembro às atividades da componente não letiva que deveriam estar integradas na componente letiva. Foi um mês de lutas e conquistas, com o debate a passar pelas salas do Ministério da Educação, mas também pela rua, onde a força demonstrada pelos professores e educadores foi fundamental para todas as conquistas alcançadas nestas semanas.



SPZN nos Leões foi crucial para a mobilização dos professores

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, e Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente do Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN), proferiram palavras de forte indignação a centenas de professores e educadores, que se manifestaram na Praça dos Leões, no Porto, na manhã de 11 de novembro de 2017, em protesto dirigido ao Governo, devido ao facto do Orçamento de Estado de 2018 não contemplar, no quadro do descongelamento das carreiras da Administração Pública, todo o tempo de serviço docente que esteve congelado de 30 agosto de 2005 a 31 dezembro de 2007 e de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017.

Vindos de todos os distritos do Norte de Portugal, os professores e educadores que encheram a Praça dos Leões aclamaram as palavras de João Dias da Silva e Lucinda Manuela Dâmaso, empunhando bandeiras do SPZN e le-

vantando cartazes com mensagens que diziam “Basta! Já é tempo de corrigir injustiças”, dando um sinal claro de aprovação, adesão e solidariedade à greve de professores de 15 de novembro, com uma concentração na Assembleia da República, em Lisboa.

“Estamos a lutar por aquilo que é nosso”, gritava João Dias da Silva do alto de um autocarro de dois andares dos STCP. “Os Educadores e Professores não podem aceitar esta atitude discriminatória por parte do Governo e do Ministério da Educação (ME) entre trabalhadores da Administração Pública, que é violadora do princípio da igualdade de tratamento de todos os portugueses”, acrescentou.

Os manifestantes respondiam com o som de ensurdecedores apitos, com que manifestavam a sua concordância pelas palavras do SG da FNE, que referiu que, além de empurrar o problema para o

Ministério das Finanças, a nega do Ministro da Educação em se reunir por duas vezes com a FNE foi “incorreta e uma desconsideração pelos professores e pelos parceiros sociais”.

João Dias da Silva e Lucinda Manuela Dâmaso alertaram o Governo por estar a cometer uma grande injustiça, ao congelar a suspensão das progressões da carreira de milhares de professores em nove anos e meio, defendendo um entendimento entre as partes.

A concentração do SPZN de professores na Praça dos Leões, no Porto, foi um claro sinal de que os docentes estavam prontos para todas as formas de luta e foi um momento crucial de uma estratégia de forte mobilização dos docentes para a greve do dia 15 de novembro e para a manifestação do mesmo dia, em frente à Assembleia da República, em Lisboa.

Professores em
LUTA
LUTAR por aquilo que é nosso.
É um direito. É um dever!

RECLAMO
O QUE É MEU!
CONTAGEM INTEGRAL DO TEMPO DE SERVIÇO

spzn
Sindicato
PROFESSORES DA ZONA NORTE

fne





DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

18 de novembro de 2017



Lançado o processo negocial para a concretização da recuperação do tempo congelado

Finalmente os Docentes portugueses viram definido um compromisso que estabelece as bases e o enquadramento que vão permitir negociar as condições de concretização da recuperação do tempo de serviço congelado por 9 anos, 4 meses e dois dias.

É preciso lembrar que, há um mês atrás, nem sequer era reconhecido que o tempo congelado pudesse ser recuperado e às organizações sindicais não era reconhecido o direito a reunirem com o ME para tratarem desta questão.

Um mês depois, não só o Governo se sentou à mesa das negociações, como reconheceu que o tempo congelado é todo para considerar, que a recuperação se inicia em 2018 e que o faseamento da sua aplicação não ultrapassará a próxima legislatura.

Para isso, a determinação da FNE e de outras organizações sindicais, com o apoio solidário da UGT, constituiu o motor de uma mudança de orientação do Governo. Para isso contribuiu a força demonstrada

pelos Educadores e Professores na greve e na concentração em frente à Assembleia da República, em 15 de novembro. Para isso contribuiu a greve que a FNE lançou aos primeiros tempos/horas da componente letiva de cada dia de cada docente e que se iniciou em 13 de novembro, e que agora pode ser levantada.

Mas também não pode deixar de se referir que este compromisso é extremamente importante para os docentes portugueses, como ainda serve de referencial para que outras carreiras da Administração Pública beneficiem de idêntico enquadramento, uma vez que para elas também não se previa a recuperação do tempo de serviço congelado.

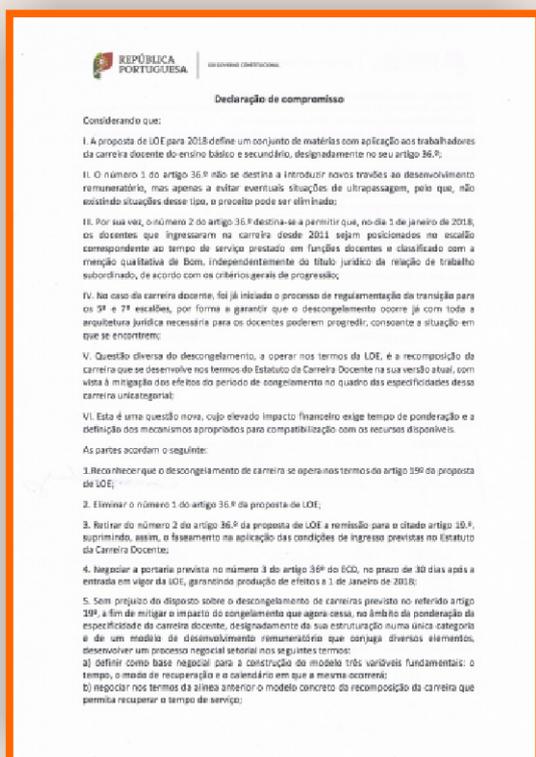
Deste modo, a partir de 15 de dezembro, e com base nos pressupostos que constam do compromisso assinado, vai decorrer um processo negocial que vai determinar as condições em que se vai operar o efeito da recuperação do tempo de serviço congelado.

Mas vai-se partir para este processo negocial com algumas balizas essenciais:

- não haverá qualquer reestruturação do Estatuto da Carreira Docente, como muitos quiseram colocar em cima da mesa como prévia ao processo de recuperação do tempo de serviço e até do descongelamento da carreira;
- o processo de recuperação do tempo de serviço congelado inicia-se em 2018, em 1 de janeiro, com a integração no escalão devido dos docentes que vincularam desde 2011 e que estavam indevidamente no 1º escalão, sendo que este processo ocorre sem qualquer faseamento;
- a recuperação de todo o tempo de serviço congelado prossegue ainda para todos os restantes docentes, ainda nesta legislatura, em 2019, de acordo com as regras que constam do atual ECD e das normas que resultarem da negociação que se vai iniciar em 15 de dezembro, isto é, sem aumentar a duração dos escalões, como constava da proposta de Lei do Orçamento de Estado;
- o processo de recuperação do tempo de serviço decorrerá até 2023, contemplando a totalidade do tempo de serviço congelado;
- será iniciada em janeiro de 2018, e para ter efeitos no ano letivo de 2018/2019, a negociação dos horários de trabalho dos docentes, no que diz respeito à clarificação do conteúdo das componente letiva e não letiva.

Deste modo, estão criadas as bases sólidas para que agora possa prosseguir o esforço negocial, no sentido de se obterem as melhores condições para um direito que pertence aos docentes portugueses e que de modo algum poderia ser posto em causa.

CLIQUE NAS IMAGENS PARA ABRIR A DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO





Os desafios do futuro para a Educação

Foi um Porto com chuva e envergonhado que recebeu, no Auditório do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) completamente cheio, o Fórum FNE 2017, que teve como tema a promoção, apresentação e debate de ideias sobre os desafios que o futuro traz à Educação.

O Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, na sua declaração de abertura lançou o repto de perceber 'qual o papel de novos atores na forma como o ensino tem de responder a novos apelos', refletindo também sobre o novo perfil de alunos, da escola e de professores. O SG deixou também o recado de que a FNE está atenta quanto ao OE 2018 e que são inaceitáveis as medidas contra os professores portugueses.

A Presidente do Sindicato dos Professores da Zona Norte e Vice Secretária Geral da FNE, Lucinda Manuela Dâmaso, falou sobre os desafios da educação, no que foi secundada no tema pelo

Presidente da FNE, Jorge Santos, que reforçou a necessidade de entender qual o papel e lugar do professor na relação professor/aluno, deixando ainda claro que é cada vez mais necessário os alunos identificarem-se com o professor.

A Câmara Municipal do Porto esteve representada pelo Vereador da Educação, Dr. Fernando Paulo, que deixou a declaração de interesses sobre o apoio da Autarquia nas questões da educação: 'Estamos abertos ao diálogo. Só com participação crítica e de todos é que podemos melhorar. E todos somos poucos', referiu. O representante autárquico deixou ainda objetivos de mudança: promover igualdade, cultura, coesão social e ter a escola pública ao serviço de todos, sendo que para atingir esses fins é ne-

cessário, na sua ótica, 'criar uma visão estratégica para o futuro, unir instituições, envolver autarquias, descentralizar competências ligadas à Educação, de forma que cada um cumpra o seu papel, mas tendo a escola como pilar central', finalizando a sua intervenção com um 'contem com a Câmara Municipal do Porto'.

Em seguida o Professor Doutor Alexandre Quintanilha reforçou a necessidade que o ensino tem de transmitir conhecimento, procurando 'avançar nas fronteiras do conhecimento', de forma que os futuros cidadãos estejam preparados para as descontinuidades, para as dúvidas que o futuro oferece, para no fundo, 'infetar' os jovens com curiosidade e conhecimento', acrescentou.



UM PERFIL DE PROFESSOR UM PERFIL DE ESCOLA PARA UM PERFIL DE ALUNO



Paulo Pereira de Almeida (ISCTE) no uso da palavra

Após as declarações de abertura, o Fórum recebeu o primeiro convidado: o Doutor Paulo Pereira de Almeida, do ISCTE, que se apoiou num estudo da Fundação Manuel Leão que apresentava aquilo que o sociólogo chamou como 'perplexidades'. Alguns dos números mostraram que os professores mantêm a paixão pelo ensino e consideram essa a razão principal para ensinar. Paulo Pereira de Almeida disse que 'é preciso criar mais respeito pela profissão mudando a imagem da mesma, criar novas iniciativas como o Dia Nacional do

Professor ou a entrega de prémios anuais, valorizando assim as funções dos docentes', disse.

O Prof. Pedro Barreiros abriu o painel de comentadores, criticando abertamente o OE2018 que não valoriza em nada a classe docente, acrescentando depois que 'em 30 anos a educação deu saltos enormes, mas a tendência de resposta é pior', alertando para a necessidade de apostar em formação contínua. Já o Prof. Paulo Barata trouxe à discussão o ensino no interior, dizendo o quanto é um desafio di-

ferente e complicado referindo que 'há vários países dentro do país e é preciso dar atenção ao interior', com o Prof. Paulo Fernandes na sequência, a identificar como principal problema da Educação o 'desorçamentar para beneficiar o negócio privado', afirmando ainda que 'parece que a educação piorou, mas não: o abandono escolar diminuiu e a proficiência aumentou', terminando dizendo que 'os políticos dizem ter muita paixão, mas eu não entendo se têm paixão ou interesse, como diz a anedota'.



Os moderadores da FNE: Paulo Fernandes, Pedro Barreiros, Jorge Santos e Paulo Barata (da esquerda para a direita)



Alexandre Dias (FNE) com Susan Flocken, Diretora do CSEE

O Fórum contou com a participação de Susan Flocken, Diretora do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), que veio falar sobre os desafios sindicais na Europa. Sob a moderação de Alexandre Dias, Susan Flocken salientou que o CSEE representa 132 sindicatos europeus da educação, em 50 países, e 11 milhões de filiados em toda a Europa. A Diretora do CSEE afirmou que o Comité representa a voz dos professores nas instituições europeias e que a Comissão Europeia é obrigada a consultá-lo antes da tomada de decisões. Susan falou ainda sobre a forma de integração dos refugiados na Educação, algo que é um desafio do presente e para o futuro da Educação Europeia, assim como impedir que se reduzam recursos, esperando que a qualidade se mantenha.

UNSA APRESENTA DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM FRANÇA

Mas a grande novidade deste Fórum 2017 foi a presença de uma representação da UNSA, União de Sindicatos Franceses da Educação, que veio apresentar o sistema educativo francês aos participantes.

Os franceses começaram por afirmar a proximidade em políticas sindicais entre a FNE e esta federação, dizendo depois que lá como cá existem poucas vagas para professores, o volume horário é o mais elevado da OCDE embora sem bons resultados, acrescentando ainda que existe confiança das instituições nos professores, o que faz com que tenham liberdade de tempo e a nível pedagógico. Relativamente aos salários, estes baseiam-se no índice da função pública, com o salário médio do nível básico a ser de 1200 euros.

Foram ainda divulgados mais elementos como o facto de os profes-

sores franceses subirem de escala a cada 3 anos, com o consequente aumento de salário, das escolas serem geridas por autarquias e o orçamento ser adaptado pela região, existindo um diretor regional, normalmente não docente e, como nota de grande destaque o facto de os pais terem um papel importante no sistema educativo gaulês, existindo muito trabalho invisível entre professores, pais e alunos. A intervenção dos elementos da UNSA, que foi moderada por Joaquim Santos, terminou com uma frase: 'Todos querem uma escola que nunca existiu. Os governos quebram sempre as políticas anteriores e assim não há uma continuidade'.



Joaquim Santos (FNE) com a delegação da UNSA: Elisabeth Moreno, Angélica Pastorino e Christian Chevalier



Lucinda Manuela Dâmaso (FNE) com Gonçalo Lobo Xavier (CESE)

INOVAÇÃO EM MARCHA EM DOIS AGRUPAMENTOS

Na sua participação, o Eng. Gonçalo Lobo Xavier, Vice-Presidente do Comité Económico e Social Europeu (CESE), enumerou os desafios que na sua perspectiva enfrenta a Formação Profissional, indicando que é fundamental a motivação dos jovens assim como encontrar as pessoas certas para dar Formação, sendo que esses também têm que possuir bases educativas de realce. O Engenheiro realçou que 50% dos postos de trabalho atuais vão desaparecer, mas que novos virão e é preciso adequar o sistema educativo a essas novas profissões.

Lucinda Manuela Dâmaso, que moderou o tema, reforçou a ideia de que a procura pela diminuição do défice não pode hipotecar o futuro da Educação. Já o Doutor Fernando Egídio Reis agarrou o tema do novo perfil do aluno, dizendo que esse perfil, ao longo dos anos, foi sofrendo divergências profundas e que é tempo de o fazer convergir com o da nova Escola e do novo Professor. Este ponto te-

ve a moderação da Dra. Maria José Rangel, que afirmou a necessidade de criar um modelo para quem toma decisões e dar cada vez mais importância ao conhecimento.



Maria José Rangel (FNE) com Fernando Egídio Reis



Cesário Silva (Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente), Josefa Lopes (FNE) e à direita Mário Rocha, diretor do Agrupamento de Escolas de Cristelo (Paredes)

O Fórum contou também com os testemunhos de duas escolas convidadas para falar sobre o tema 'Inovação em marcha'. Mário Rocha, diretor do Agrupamento de Escolas de Cristelo (Paredes), mostrou como a criação de ambientes de inovação, uma nova matriz curricular ou a estimulação do espírito crítico são formas encaradas como solução para uma escola de futuro, mas já aplicada no presente sendo vários são os pontos em comum com a visão apresentada por Cesário Silva, diretor do

Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, destacando-se as novas matrizes de aprendizagem, o envolvimento dos alunos na experimentação, a reorganização funcional de recursos e a maior participação dos pais no sistema educativo, tudo novas formas de enfrentar o futuro na escola. Josefa Lopes, a moderadora desta intervenção, fechou o tema com a frase 'se os alunos estiverem felizes a aprender, todos estarão mais felizes'.

No encerramento, João Dias da Silva realçou que o programa de ação da FNE tem sido sempre combater os maus exemplos do sistema educativo e que falta divulgar o bom que se faz nas escolas. Considerou ainda ser 'inaceitável que um governo queira apagar 10 anos de trabalho dos professores, desrespeitando este trabalho', reforçando ainda que 'o governo tem até dia 27 de novembro para reconsiderar tudo isto, porque nós não desistimos!', finalizou.



FNE no II Seminário sobre a Estratégia de competências para Portugal



A mesa da FNE, com Joaquim Santos ao lado de José Luís Presa (terceiro a contar da direita), Presidente da ANESPO

A FNE participou no “II Seminário sobre a Estratégia de competências para Portugal (OCDE) – Fase 2 - do diagnóstico à ação”, que decorreu em 10 de novembro de 2017, nos claustros do Convento de São Francisco, em Coimbra, com o foco especial na Educação de Adultos, numa organização conjunta do governo português, da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional) e da OCDE.

Depois das boas vindas do Vereador da Câmara Municipal coimbrã, Jorge Alves, usaram da palavra o Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, Michael Horgan, da Comissão Europeia, Montserrat Gomendio, vice-diretora da Direção de Educação e Competências da OCDE, e Tormod Skjerve, da Noruega, este último sobre “A Perspetiva dos empregadores – fazer com que a educação e formação de adultos funcione na prática”.

Beatrice Boots, da Technipact, dos Países Baixos, demonstrou, a partir do seu próprio exemplo, como “Melhorar as competências digitais e nas áreas CTEM na Holanda através de parcerias com variadas partes interessadas e governação a diversos níveis”.

O seminário contou com três exercícios de grupo: consciencializar para a importância das competências da educação e formação de adultos em Portugal, alargar o acesso e melhorar a qualidade e os resultados da educação e formação de adultos em Portugal e, por fim, governação e financiamento eficazes da educação e formação de adultos.

Das conclusões das mesas de trabalho ficou a necessidade de se criar uma entidade autónoma tripartida (governo, empregadores e parceiros sociais), com recursos humanos e capacidade financeira, para operacionalizar a estratégia de competências para Portugal, desenhada pela OCDE, a pedido do governo nacional. Tal entidade poderia muito bem ser uma ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional) reforçada nos seus poderes, através de nova legislação a criar para esse efeito.

Uma conclusão geral das mesas de trabalho é que há necessidade de haver uma integração profunda da Educação (Ministério da Educação) e da Formação (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), juntamente com a ação do Ministério das Finanças.

Correia de Campos, Presidente do Conselho Económico e Social (CES), disse mesmo que 50 % dos problemas que temos poderiam ser resolvidos com uma boa integração dos conceitos e práticas da Educação e Formação. Joaquim Santos, representante da FNE, lembrou que o Secretário-Geral (SG) João Dias da Silva, assim como a nossa federação, já há muito identificaram esta necessidade, assim como a urgência de se tomarem medidas neste sentido, que passam por um amplo consenso nacional.

Lembramos que no FÓRUM FNE de 8 de outubro de 2016, em Lisboa, João Dias da Silva sublinhou a absoluta necessidade de integrarmos e coordenarmos os conceitos de Educação e Formação, pois, frisou ele, “uma coisa é Economia, outra coisa é Educação”, tendo havido no nosso país “uma ignorância comum no diálogo entre Educação e Trabalho”. Nessa ocasião, o SG da FNE realçou ainda que “não vale a pena imaginarmos novas competências, novos conteúdos, se a escola continuar organizada nos termos do século XIX”.

O seminário de Coimbra contou no seu encerramento com uma intervenção de Ana Mendes Godinho, Secretária de Estado do Turismo.

A Estratégia de Competências da OCDE é uma ferramenta que permite aos países analisarem os seus pontos fortes e fracos, bem como encontrarem formas de desenvolver, ativar e utilizar as competências com vista à promoção do emprego, crescimento económico e inclusão social. Foi concebido para ser relevante para os diversos setores e envolve um acervo alargado de partes interessadas. Até hoje, já dez países participaram neste projeto.

A Estratégia de Competências da OCDE para cada país envolve duas fases: a Fase de Diagnóstico e a Fase de Ação. A OCDE e Portugal concluíram a Fase de Diagnóstico em abril de 2015. Em novembro de 2016, o Governo de Portugal decidiu prosseguir para a Fase de Ação. Esta teve início oficial em fevereiro de 2017, com apoio financeiro e substantivo da Comissão Europeia.

Para a Fase de Ação, o Governo português e a OCDE escolheram a melhoria da educação e formação de adultos como tema central, tendo-se identificado três áreas prioritárias:

1. Aumentar a consciência da importância das competências para o sucesso laboral e pessoal, sobretudo dos menos qualificados e dos empregadores, e aumentar a motivação para prosseguir e oferecer educação e formação de adultos.
2. Melhorar a acessibilidade, qualidade e relevância do sistema de educação e formação de adultos, incluindo a monitorização e avaliação de resultados.
3. Assegurar um financiamento eficaz do sistema de educação e formação de adultos.



Dia do Trabalhador Não Docente na Régua

Por um trabalho digno e atrativo



O direito à formação no decurso das horas de trabalho, o combate à precariedade, a transferência de competências para os municípios e a petição na Assembleia da República para o restabelecimento das carreiras especiais foram as quatro reivindicações principais salientadas por João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, na comemoração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, alusivo ao tema “Reestruturar as Carreiras, Dignificar a Educação”, que decorreu na tarde de sábado de 25 de novembro de 2017, no AUDIR-Auditório Municipal de Peso da Régua, numa organização conjunta da nossa Federação e dos seus três sindicatos de não docentes: Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares da Educação da Zona Norte (STAAE ZN),

Centro (STAAE ZC), Sul e Regiões Autónomas (STAAE ZSRA).

Na sua intervenção, João Dias da Silva lembrou que o poeta António Gedeão foi escolhido para patrono do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente por ter nascido no dia 24 de novembro (no caso de 1906), dia em que foi publicado o Decreto-Lei 515/99, “de muito rigor e exigência”, e que assinalou um marco fulcral no reconhecimento e valorização do relevante papel que os não docentes desempenham no sistema educativo português.

O SG da FNE salientou que “novos desafios implicam novas escolhas” e que “as exigências dos novos tempos obrigam as escolas a estarem preparadas para enfren-

tar esses novos desafios”, como sejam as tecnologias de informação e comunicação, as redes sociais, novos modelos de estrutura familiar, mobilidade profissional, migrações, entre outros. João Dias da Silva frisou que “os profissionais de educação não são apenas os professores, e sim também os profissionais de outras áreas, imprescindíveis para a boa execução dos projetos educativos das escolas”.

Para o SG da FNE, “é por isso necessário adequar as escolas ao século XXI e dar a alunos e às famílias aquilo que eles esperam de uma 'nova escola': integração com as comunidades, organização diferente da atual, instalações com tecnologia e profissionais de educação habilitados e motivados”.



Lígia Costa, Vice-Presidente do STAAE-ZN, abriu a sessão de abertura contextualizando os desafios dos não docentes, sendo seguida atentamente por toda a plateia, por Pedro Roque (SG dos Trabalhadores Social-Democratas – TSD) e por Jorge Ascensão, Presidente da CONFAP.



Salvador Ferreira, Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia, da Régua, frisou que os não docentes são “um sustentáculo das escolas, em quem os pais depositam as suas angústias”, mas ao mesmo tempo “os parentes pobres do sistema, pois exige-se muito a quem raramente auferem um salário superior a 600 euros e a quem não tem condições e trabalho dignos e atrativos”.



Por seu lado, José Manuel Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua, notou que os STAAE fazem parte do processo de ensino aprendizagem e que é necessário “haver um pacto de regime na educação para evitarmos constantes ziguezagues do sistema educativo”, que atingem também os não docentes.



Seguiu-se a conferência “Reestruturar as Carreiras, Dignificar a Educação”, por João Ramalho, Presidente do STAAE ZC, que sublinhou que os não docentes continuam a ter “uma negação de carreira”, que os assistentes técnicos e operacionais novos vão ganhar tanto como quem tem 30 anos de carreira, que desconhece o que vai ser o descongelamento das carreiras gerais, que a formação é dada nas horas de família e que há diretores de escolas que não têm feito

a avaliação de desempenho do pessoal não docente. João Ramalho deu ênfase a dois aspetos: as escolas assumem que não dão as melhores notas e que o Ministério da Educação não deu mais formação desde o fim do PRODEP. “O que vale aos trabalhadores é a formação disponibilizada pelos nossos sindicatos”, rematou. Esta conferência foi moderada por Maria Balbina Rocha, Presidente da Mesa do Congresso do STAAE ZN.

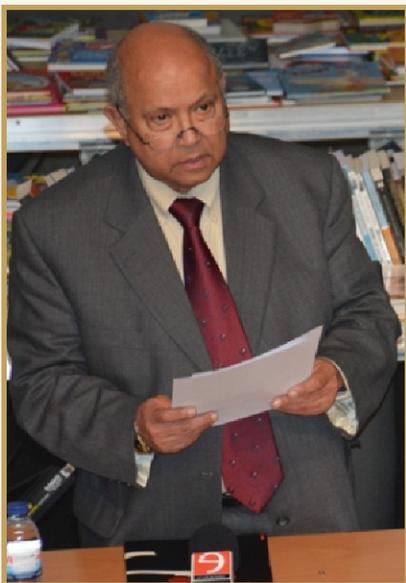


Lucinda Manuela (Presidente da UGT) afirmou categoricamente que “estarmos aqui todos juntos a comemorar este dia é uma forma de valorização destes trabalhadores”. Em sua opinião é urgente “valorizar as carreiras com conteúdos funcionais específicos e salários dignos para todos os não docentes, que enriquecem o trabalho educativo das nossas escolas”.

No encerramento deste Dia do Trabalhador Não Docente de 2017 Lígia Costa leu uma mensagem escrita de Carlos Guimarães (Presidente do STAAE-ZN), ausente desta comemoração por condição fragilizada de saúde.



“Criar carreiras especiais é acrescentar valor às escolas”



Todos os dias o trabalho dos Profissionais Não Docentes acrescenta valor ao desempenho das escolas, quer enquanto técnicos de administração escolar ou técnicos operacionais de apoio educativo, quer enquanto técnicos especializados em diversas áreas de intervenção, desde a psicologia ao apoio social. Nunca é demais salientá-lo. Em cooperação diária, contínua e sistemática com os profissionais da docência, estamos cá, sempre disponíveis, sempre empenhados, sempre pró-ativos, para ajudar a incrementar os indicadores de sucesso educativo dos nossos alunos.

Mas também nunca é demais sublinhar que será difícil contar com trabalhadores disponíveis, empenhados e pró-ativos quando continuam a persistir as ameaças e os constrangimentos às legítimas am-

bições de desenvolvimento profissional de todos e cada um de nós. São ambições que devem ter a sua expressão através da concretização de medidas específicas há muito necessárias: não só o descongelamento das carreiras, mas também a reestruturação das carreiras em que atualmente se integram os trabalhadores não docentes.

A qualidade das escolas constrói-se com os profissionais que lá trabalham, constrói-se em primeiro lugar, repetimos, com os profissionais que lá trabalham. Sejam docentes ou não docentes. Para que os trabalhadores não docentes continuem a dar o melhor de si têm de sentir que são respeitados, que são valorizados, que são vistos como profissionais indispensáveis nas escolas portuguesas. Que o são de facto! Profissionais indispensáveis nas escolas portuguesas.

E se os não docentes são indispensáveis, tanto o são com a atual estrutura organizativa das escolas como com outra estrutura organizativa. Pretender criar divisões entre profissionais da educação só pode resultar em prejuízo para a construção de escolas de qualidade.

É isso que resulta e resultará da transferência irrefletida de competências relativas à gestão do pessoal não docente para as autarquias. O problema não está nas autarquias, que isto fique claro. Não te-

mos nem alimentamos qualquer tipo de reserva mental ou preconceito no que diz respeito às capacidades de gestão das autarquias. Que se têm revelado – e não é só agora, desde há muitos anos que é assim – parceiros valiosos e decisivos para o desenvolvimento dos projetos educativos das escolas e para a integração dos alunos nas comunidades.

Dizemo-lo sem deixar de reconhecer, ao mesmo tempo, que há autarquias e autarquias. Isto é, que há autarquias umas com mais recursos humanos e outras com menos, umas com maior orçamento e outras com menor, umas com mais experiência e outras com menos, umas com mais escolas no seu concelho e outras com menos. Esta diversidade e desigualdade acaba por refletir-se forçosamente nas suas capacidades de gestão.

É por isso que precisamos todos de promover uma reflexão descomplexada em relação à forma como tem corrido a transferência de competências para as autarquias no que diz respeito ao pessoal não docente. Sim, porque não é nenhuma novidade essa transferência de competências. Há cerca de 10 anos que está prevista, regulamentada e concretizada em mais de uma centena de concelhos. É positivo o balanço? Estamos convencidos de que globalmente não. Não é positivo porque não tem sido mais do que o acrescento de uma nova tutela para as escolas.

Perguntamos então: onde é que está a descentralização? Onde é que está a maior autonomia das escolas? Porque é que se continua a desconfiar da capacidade das nossas escolas para exercer competências de gestão e, em particular, no âmbito da gestão do pessoal não docente?

Não aceitamos que se passe assim um atestado de incompetência aos diretores das nossas escolas. Porque é isso mesmo que se dá a entender quando se transferem competências dos serviços da Administração Central para os serviços das autarquias, deixando os diretores das nossas escolas de mãos atadas em relação à gestão dos seus próprios recursos humanos, ficando limitados a não mais do que distribuidores de tarefas.

Há que assumir opções e passar das palavras aos atos. Importa descentralizar competências – e nós também entendemos que sim, não podem continuar a depender de decisões tomadas em Lisboa procedimentos tão básicos como mudar de uma escola para outra.

Mas se importa fazê-lo então há que proceder a uma efetiva transferência de competências, com certeza, mas para os diretores das escolas. E há que proporcionar condições para o exercício dessas competências de gestão. Ainda que possam surgir dificuldades, não faltam serviços na Administração Pública cuja missão incorpora a de

prestar apoio a outras entidades e organismos.

Exercer competências de gestão passa, antes de mais, por encarar frontalmente o problema crónico e histórico da falta de pessoal não docente. Embora com algumas, mas poucas, honrosas exceções, há seguramente mais de 40 anos que, quando começa cada ano escolar, nos deparamos com perturbações ao normal funcionamento das escolas resultantes da falta de pessoal não docente. Até quando? Até quando continuaremos a arrancar cada ano escolar com incertezas quanto à satisfação das necessidades das escolas em pessoal não docente?

Foi aprovado há pouco tempo um novo diploma que regulamenta as dotações das escolas em assistentes técnicos, assistentes operacionais e técnicos superiores especializados que não veio contribuir para resolver o problema. Trata-se de um instrumento de gestão essencial e quem melhor do que os diretores das escolas para o aplicar?

Mas interessa que esteja bem construído, que esteja baseado numa apreciação realista das verdadeiras necessidades das escolas em pessoal não docente. E que não seja apenas o resultado da aplicação de critérios abstratos ou conjunturais de natureza económica e financeira. É preciso que seja construído com a participa-

ção dos principais interessados, os próprios trabalhadores não docentes e as organizações sindicais que os representam.

Não esqueçamos que a esmagadora maioria dos trabalhadores não docentes tem remunerações de poucas centenas de euros. Por isso, a escola onde se trabalha é importante para o equilíbrio do orçamento familiar. A colocação dos trabalhadores em escolas que obriguem a despesas suplementares significativas por estarem situadas longe das suas residências e famílias representa um prejuízo que pode ser minorado com a revisão cuidadosa e participada do diploma regulamentador dos rácios de pessoal não docente.

É uma revisão necessária que deve ser preparada de modo que conjugue os interesses das escolas com os dos trabalhadores, viabilizando o seu natural ajustamento às necessidades de pessoal.

O ajustamento dos trabalhadores às necessidades das escolas não depende apenas da adoção de mecanismos racionais e exequíveis para a colocação dos profissionais não docentes. Tal como não depende da transferência de competências de gestão dos não docentes para os diretores das escolas. Depende também em larga medida de uma séria reestruturação das carreiras, conforme desde há muito tempo temos vindo a defender.

Defendemos a reestruturação das carreiras que devem corresponder às funções desempenhadas pelos trabalhadores não docentes. Mas isso não significa que pretendemos aumentos salariais discriminatórios. Não é isso que nos move. É claro que entendemos que as diversas carreiras devem ser cautelosamente valorizadas do ponto de vista remuneratório. Mas não andamos a reivindicar privilégios, não pretendemos consagrar estatutos especiais, não procuramos benefícios imerecidos.

Queremos reestruturar carreiras de modo que elas espelhem a especificidade das funções não docentes e com isso contribuir positivamente para escolas de qualidade. Sem falsas modéstias, afirmamos que aquilo em que temos vindo a insistir ao longo dos últimos anos começou a dar fruto.

Hoje em dia, já se tornou evidente que ser assistente técnico ou assistente operacional ou técnico especializado nas nossas escolas não é igual a ser assistente técnico ou assistente operacional ou técnico especializado nos serviços de saúde ou nos serviços de justiça ou nos serviços das autarquias. Não somos iguais, somos diferentes.

Queremos fazer jus ao nosso lema: funcionários de escola também educam. Pais e encarregados de educação e docentes são os primeiros a reconhecê-lo. E se assim é interessa retirar daí consequên-

cias criando carreiras especiais para os trabalhadores não docentes. Chamam-se especiais porque é essa a denominação que a Lei Geral do Contrato de Trabalho em Funções Públicas prevê.

Para que serve criar carreiras especiais? Serve para dar estabilidade e perspectivas de futuro aos não docentes. Serve para definir de forma clara qual o contributo que podem e devem dar para escolas de qualidade. Serve para estabelecer aquilo que deles se espera profissionalmente. Serve para traçar novos patamares de desempenho.

Escolas de qualidade não se constroem com profissionais indiferenciados, não especializados, não atualizados. Constroem-se com pessoas motivadas e preparadas para as funções que lhes cabem em contexto escolar.

As escolas precisam de poder contar com os melhores profissionais. Que saibam lidar com os desafios das sociedades contemporâneas, desde os novos paradigmas de competitividade e mobilidade profissional, os vários modelos de estrutura familiar e a aprendizagem ao longo da vida até aos riscos decorrentes de fenómenos de agressividade, indisciplina e violência ou das migrações.

Em que assenta a criação de carreiras especiais? Assenta na caracterização funcional das diversas atividades não docentes e assenta

na definição dos perfis de desempenho desejáveis e alcançáveis. Assenta ainda na regulamentação da formação necessária para quem entra de novo e para quem quer continuar nas escolas, vendo o seu trabalho como uma mais-valia para as comunidades em que se integram.

Criar carreiras especiais para os profissionais da educação não docentes vinculando-os às escolas representa um passo decisivo para a construção de escolas de qualidade.

Está na hora de dar este passo, já perdemos demasiado tempo. Temos de abandonar de vez a ilusão desfasada da realidade de que os serviços públicos funcionarão melhor com trabalhadores que, porque pertencem a carreiras gerais, tanto podem trabalhar numa escola como num tribunal. Isto é errado, esta maneira de pensar está ultrapassada.

Criar carreiras especiais é apostar nos trabalhadores. É torná-los agentes de mudança e progresso. Apostar nos trabalhadores significa acrescentar valor às escolas. É um processo de melhoria que enobrece a própria missão dos trabalhadores não docentes e dignifica a educação.

Carlos Guimarães
Presidente do STAAE Zona Norte

ESSDE: Declaração conjunta sobre a melhoria do Ensino e Formação Profissional



Aspeto parcial do Plenário do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação, no Centro de Conferências Albert Borschette, em Bruxelas

Os Parceiros Sociais Europeus na Educação (CSEE - Comité Sindical Europeu para a Educação e EFEE - Federação Europeia dos Empregadores da Educação) adotaram uma Declaração Conjunta sobre a Melhoria do Ensino e Formação Profissional (EFP) na Europa. A declaração, que foi adotada pelo Plenário do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), que decorreu em 23 de novembro de 2017, em Bruxelas, compromete os Parceiros Sociais na Educação a contribuir para melhorar a atratividade e a imagem do EFP, tanto para jovens como para adultos.

Na sequência da segunda Semana Europeia das Competências Profissionais (20 a 24 de novembro de 2017), a Declaração Conjunta também destaca o papel proeminente dos professores, formadores, líderes escolares, não docentes, sindicatos e organizações de empregadores da educação, na promoção do EFP de alta qualidade, incluindo a dos cursos de aprendizagem na Europa.

Neste sentido, os parceiros sociais europeus em educação chamam as instituições da União Europeia e os Estados Membros a melhorar a qualidade das instituições de EFP, os ambientes de aprendizagem e de trabalho; a promover investimentos adicionais no EFP; a promover parcerias justas entre instituições e empresas de EFP, a fim de criar mais estágios de alta qualidade; a melhorar a formação técnico-profissional e o desenvolvimento na carreira de professores, formadores, outros profissionais da educação e líderes escolares do EFP; a melhorar o recrutamento, retenção e estatuto destes profissionais, incluindo as suas condições de trabalho e remuneração; e a promover o envolvimento dos parceiros sociais no desenvolvimento de estágios de aprendizagem de alta qualidade e de sistemas de aprendizagem em contexto de trabalho.

Esta declaração foi lançada durante a audiência pública conjunta do CSEE e da EFEE "O papel dos professores e diretores de escolas na melhoria do estatuto do EFP", que decorreu no Comité

Económico e Social Europeu (CESE), em 24 de novembro de 2017, em Bruxelas.

Do plenário setorial fizeram ainda parte a discussão sobre como os parceiros sociais da educação podem contribuir para enfrentar a falta de recrutamento e de retenção no setor educativo, o acompanhamento dos resultados do Diálogo Social Setorial Europeu: o que conseguimos até agora e o que podemos melhorar? e a visão do CSEE sobre a "Comunicação da Comissão Europeia, de maio de 2017, sobre O Desenvolvimento da Escola e o Ensino de Excelência para um Adequado Começo de Vida".

A atualização dos seminários do Projeto III do Diálogo Social (em que a FNE participa), o Memorando de Entendimento entre o CSEE, a EFEE e a EU-OSHA (Agência Europeia para a Saúde e Segurança no Trabalho) e os próximos passos para o futuro de uma Europa Sustentável fizeram também parte da ordem de trabalhos da reunião.

De seguida, o plenário focou-se na contribuição da CE para a Cimeira de Líderes de Gotemburgo, de 17 de novembro de 2017, no sentido do Reforço da Identidade Europeia através da Educação e da Cultura. Uma das comunicações apresentadas foi a de Sophia Eriksson Waterschoot (CE), que abordou o tema "O papel da Educação na Estratégia da Europa de 2030". Os parceiros sociais europeus da educação analisaram por fim os projetos em curso, assim como os de futuro, detendo-se finalmente na lista de prioridades para o programa conjunto de atividades para 2018–19.

O representante da FNE neste plenário foi Joaquim Santos.



Mais Educação contra uma cultura de desleixo



Docente ou não docente, na qualidade de agente do Sistema Educativo, até que ponto devemos considerar o nosso envolvimento na luta para a qual se prepara a comunidade nacional em resposta ao desafio lançado pela inenarrável tragédia dos recentes incêndios?

A FNE, organização sindical que tem habituado os portugueses a uma atuação sempre tão responsável em relação aos mais altos desígnios nacionais, não pode, não deve envolver-se o mais possível nesta causa tão determinante para o ganho de consciência cívica dos cidadãos abrangidos?

A pergunta é tanto mais pertinente quanto, de facto, para a preparação da referida luta, pura e simplesmente não tem sido feita alusão ao papel que é suposto ser desempenhado pelo setor da Educação.

Num *estado de calamidade continuada*, que só não tem sido assumido por falta de coragem e de asserividade de discurso, têm sido os Ministros da Administração Interna dos sucessivos governos que, quase exclusivamente, aparecem nos *media*, como se a ocorrência dos incêndios apenas dissesse respeito ao governante a quem, afinal, tão só compete a coordenação das entidades vocacionadas para o combate a tal flagelo.

Felizmente, pelo contrário, já há um caminho feito relativamente ao eixo da prevenção dos fogos, porque é neste enquadramento, e em tempo oportuno, concretizando intervenções de limpeza, instalando acessos, armazenando água, procedendo à adequada gestão das matas, bosques e florestas particulares e do Estado, que se demonstra como evitáveis são as cenas do costume.

É um trabalho complexo que, além das estruturas dependentes dos Ministérios da Agricultura e do Ambiente, deverá comprometer também Trabalho e Segurança Social, Defesa, Justiça, Finanças e Educação, bem como Autarquias, numa inequívoca integração de atuações.

Para o efeito, não temos a menor dúvida de que se justifica a criação de uma estrutura técnico-política de coordenação integrada, com o perfil e competências da designada Unidade de Missão para a instalação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Florestais, recentemente constituída.

Cabe perguntar se tal estrutura está preocupada com a aquisição dos saberes que permitirão aos cidadãos a concretização de uma diferente e nova actuação cívica, para que possam ser agentes e protagonistas da sua própria segurança e qualidade de vida.

Tenha-se em consideração que ainda são muitos os portugueses vivendo em zonas particularmente atreitas à reincidência de fogos florestais, numa faixa etária algo avançada e com pouquíssima escolaridade, junto de quem cumpre concretizar um gigantesco trabalho no domínio da animação sociocultural coincidente com objetivos da Educação de Adultos.

Ora bem, no quadro das medidas entretanto anunciadas, onde, perguntamos, está contemplada esta vertente de preocupação tão justificada?

Como nos parece que, na realidade, ela não está equacionada, julgo que à FNE também compete pôr o dedo na ferida e demonstrar como a Educação é imprescindível.

Nós, professores e não docentes, habituados a um trabalho quotidiano pautado pelas práticas educativas formais, temos que saber dizer à comunidade que, nos próximos anos, no contexto da luta contra os incêndios e de recuperação do território, na estratégia da prevenção e combate, há um lugar específico a preencher pelo Sistema Educativo mas no domínio das alternativas não formais e informais.



Naturalmente, referimo-nos ao domínio da Educação de Adultos que, em Portugal, nos últimos anos só tem sido referida pelo poder político na sua vertente da avaliação e certificação dos saberes. Está aí, insinuando-se como nunca em tempos recentes, a necessidade de o Sistema Educativo ir trabalhar com os jovens e menos jovens adultos.

Há que ir ao seu encontro, nas associações locais, com o recurso a animadores socioculturais, recrutados entre professores e quadros técnicos que, afetos ao Sistema Educativo e beneficiando de ações de formação específica, podem desempenhar um papel absolutamente fulcral, de algum modo análogo ao que se concretizou aquando da concretização do Plano

Nacional de Alfabetização e de Educação de Base de Adultos nos anos 80 do século passado.

Há que ganhar muitas dezenas de milhares de cidadãos para uma cultura de segurança e de responsabilidade perante o meio ambiente que não tem sido devidamente trabalhada. Pelo contrário, infelizmente, tem prevalecido aquela que o ex-Presidente da República Dr. Jorge Sampaio tão bem soube designar como a perniciosa *cultura de desleixo*, cuja matriz tem determinado as mais graves consequências para a qualidade de vida nacional.

A Educação pode e deve o seu decisivo contributo para alterar tal estado de coisas. É o momento!

Cristina Ferreira

João Cachado



STAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

A Educação desempenha um papel importante na defesa do meio ambiente e na responsabilização dos cidadãos



FNE debate em Varsóvia formação de trabalhadores

Os parceiros sociais europeus (CES, BusinessEurope, CEEP e UEAPME) convidaram a FNE a participar no seminário conjunto sobre "Promover a Parceria Social na Formação de Trabalhadores", que decorreu em 28 e 29 de novembro de 2017, em Varsóvia, na Polónia, envolvendo participantes da Alemanha, Dinamarca, Polónia e Portugal.

O convite surgiu na sequência de uma entrevista em Lisboa da Dr^a Regina Flake, da Universidade de Colónia, à FNE (representada por Joaquim Santos, em substituição do Secretário-Geral, João Dias da Silva), com vista à elaboração de um estudo sobre a oferta e a importância da formação dos parceiros sociais portugueses aos seus trabalhadores. O estudo, ainda em fase de conclusão, descreve os factos mais relevantes relacionados com o tema em Portugal e cita dois casos da nossa federação: o

protocolo de cooperação FNE, Universidade Aberta e unYLeYa e o Gabinete de Formação e Pesquisa em Educação (GFPE).

Além da FNE, o nosso país esteve representado por Mendes Dias (UGT), Jorge Mesquita (Diretor do CEFOSAP), Luís Henrique (CIP) e Vítor Dias (CENFIM), que tiveram a oportunidade de discutir em grupo temas nacionais com respeito à formação de trabalhadores no nosso país, nomeadamente como sensibilizar os empregadores com poucas qualificações para o valor da formação, tanto para os seus trabalhadores como para a competitividade da própria empresa; como é que a oferta de formação pode ser melhor adaptada às necessidades individuais dos trabalhadores de micro e pequenas empresas?; e sobre se o potencial do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) é plenamente explorado, por exemplo, no que diz res-

peito à melhoria da transparência no mercado de formação e à oferta de orientações para empregadores e empregados.

Num segundo workshop de temas nacionais cada um dos quatro países debateu e procurou respostas para as seguintes questões: qual é a avaliação geral da qualidade e efetividade da formação para trabalhadores no vosso país? quais são os maiores desafios para melhorar a formação para trabalhadores e para as empresas?; até que ponto os temas abrangentes da digitalização, mudança demográfica e a economia verde incidem na decisão dos empregadores em oferecer formação e na decisão dos trabalhadores em participar na e procurar por formação?; e ainda que passos concretos devem ser tomados pelos parceiros sociais para melhorar a provisão e efetividade da formação de trabalhadores?.

Na realidade, os empregadores e os sindicatos estão em melhores condições para estabelecer estratégias eficientes de desenvolvimento de competências e qualificações através do diálogo social e da negociação coletiva, de acordo com as práticas nacionais, setoriais ou empresariais.

O papel dos parceiros sociais é essencial para projetar conteúdos de formação, para sustentar ganhos de produtividade e desenvolvimento de carreira dos trabalhadores, bem como para garantir acesso e disponibilidade adequados de oportunidades de formação em termos de partilha de custos.

Este projeto dos parceiros sociais europeus incidiu na promoção da abordagem da parceria social para o desenvolvimento de competên-

cias a todos os níveis, com foco particular no nível da empresa. O seminário contou ainda com apresentações práticas de algumas empresas.

As discussões ao longo dos dois dias foram estruturadas em torno de relatórios preliminares referentes aos quatro países, cada um preparado por especialistas externos do Instituto de Pesquisa Económica de Colónia, que apoiam as atividades deste projeto.

Como bem frisou Thiébaud Weber, Secretário Confederal da CES (Confederação Europeia de Sindicatos), o direito à formação é uma parte integrante e capital do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, proclamado pelos dirigentes europeus em 17 de novembro de 2017, na Cimeira Social de Gotemburgo.



Luís Henrique (CIP) e Vitor Dias (CENFIM)



Regina Flake, da Universidade de Colónia



Parte da representação nacional no Seminário de Varsóvia. Da esquerda para a direita: Mendes Dias (Secretário Executivo da UGT), Jorge Mesquita (Diretor do CEFOSAP) e Joaquim Santos (FNE)

CONFERÊNCIA ORGANIZAÇÃO



18 DEZ 2017
LISBOA
AUDITÓRIO DA UGT

FORTALECIMENTO DAS UNIÕES UGT

O CONTRIBUTO DA FNE E DOS SEUS SINDICATOS

FICHA TÉCNICA
novembro 2017

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte * Sindicato dos Professores da Zona Centro * Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul * Sindicato

Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusiadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448
Porto * tel. 225 073 880 *
fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

**produção gráfica e
paginação**
Rafael Marques

